

**O DIÁLOGO ENTRE A LITERATURA, A
MEMÓRIA E A HISTÓRIA NO ROMANCE
*DONA BARBARA DO CRATO***

***THE DIALOGUE BETWEEN LITERATURE,
MEMORY AND HISTORY IN ROMANCE DONA
BARBARA DO CRATO***

Ciro Leandro Costa da Fonseca

José Carlos Redson

Maria Edileuza da Costa

Míriam Firmino Paiva Paiva

Jurema da Silva Araújo

UERN

Resumo: Este trabalho objetiva um estudo sobre o romance *Dona Bárbara do Crato*, de Juarez Aires de Alencar com base na esteira do pensamento da memória coletiva do passado político do Brasil, mais especificamente do estado do Ceará. Para isso nos ancoramos em Bosi (2007) e Barros (2008), entre outros autores que tratam da memória e do registro da história dos acontecimentos políticos da história do Brasil. A obra é resultado da transmissão memorial dos antepassados às novas gerações da família Alencar e, dessa forma, contribui para o conhecimento de páginas da história cuja memória coletiva foi responsável pela manutenção e registro.

Abstract: This work aims at a study about the novel *Dona Bárbara do Crato*, by Juarez Aires de Alencar based on the thought of the collective memory of the political past of Brazil, more specifically the state of Ceará. For this we anchor ourselves in Bosi (2007) and Barros (2008), among other authors that deal with the memory and record of the history of political events in Brazilian history. The work is the result of the memorial transmission of the ancestors to the new generations of the Alencar family and, in this way, contributes to the knowledge of pages of history whose collective memory was responsible for maintenance and registration.

João, eu quero dormir, na eternidade, no seio da nossa terra em túmulo sem lousa. Quero integrar-me no seio da mãe terra, voltando ao pó como o mais pequenino daqueles que foram nossos escravos e que depois demonstraram ser os verdadeiros amigos. O meu enterro deve ser também o mais pobrezinho, sem caixão, em rede, como se enterram os filhos do povo. É esta a minha vontade, Que de mim só reste a lembrança na memória dos meus filhos e netos.

(Juarez Aires de Alencar, no romance *Dona Bárbara do Crato*)

A memória coletiva tem a capacidade de subverter a história, principalmente a história oficial enquanto um discurso construído e elaborado para exaltar os pertencentes a uma chamada “categoria de vencedores”. Assim, o nosso trabalho tem o objetivo de compreender o significado da personagem histórica Bárbara de Alencar, sagrada na memória coletiva como dona Bárbara do Crato, ou a heroína do Crato na memória do povo nordestino, considerada por muitos historiadores a primeira presidente de uma República Brasileira proclamada na cidade cearense do Crato durante o movimento liberal separatista de 1817.

Avó do escritor romântico José de Alencar, quinta avó da escritora cearense Rachel de Queiroz, dona Bárbara é lembrada como a primeira heroína do Brasil, fato silenciado pela história oficial e que, segundo Pollack (1992), pode ser subvertido quando a memória popular adentra no panteão dos personagens históricos e representativos de sua identidade. Nesse trabalho buscamos desvelar a sua representação para a memória do povo cearense e, num sentido maior, nordestino, por meio da sua biografia romanceada do escritor Juarez Aires e do diálogo com estudiosos das ciências sociais que voltaram o seu olhar para a figura histórica de dona Bárbara do Crato e sua significação para a identidade cultural nordestina, como a antropóloga Luitgarde Cavalcante de Oliveira Barros.

Em viagem ao município pernambucano de Exu, deparamos com margens cada vez mais afastadas da história oficial. Em busca da Fazenda Caiçara onde nasceu o rei do baião Luiz Gonzaga, conhecemos pela proximidade do lugar o Memorial Bárbara de Alencar, um museu em que sua contribuição para a história do Brasil é reavivada por fotografias, objetos que pertenceram a ela e a sua família, livros e pelo relato oral dos curadores do memorial que são seus descendentes e que reconstituem a sua experiência, revestindo-lhe de uma atmosfera mítica. Segundo Halbwachs (2006), o juízo do valor coletivo dá sustentação à memória e define a posição que uma pessoa ocupa na memória de um grupo. Assim, a memória reafirma o sentimento de pertencimento a um grupo, seus valores, suas tradições, sua produção literária e seus ideais políticos, elaborando uma identidade cultural.

Esse viés identitário da memória pode ser percebido durante o período de lutas chamado Confederação do Equador em que os sujeitos adotavam em seus sobrenomes os nomes dos seus lugares de origem ou morada, como Tristão de Alencar que passou a se chamar Tristão Gonçalves de Alencar Araripe, chamada que marca o Cariri Cearense, e Francisco Manuel Pereira que acrescentou com sobrenome Ibiapina, nome da cidade onde viveu (BARROS, 2008).

Nesse sentido, o nome de dona Bárbara de Alencar estreita as relações entre a história, a memória e a identidade e reúne em torno de si a adesão de um grupo a sua experiência que a consagra heroína por ter sido a primeira presa política do Brasil numa época em que as mulheres se restringiam aos trabalhos domésticos. Lutou pela proclamação de uma República Brasileira, sendo considerada pela memória popular a primeira presidente dessa república proclamada por seus filhos na cidade do Crato após aderirem à revolução iniciada em Pernambuco. É esse viés identitário que buscaremos na leitura do romance *Dona Bárbara do Crato*, de Juarez Aires de Alencar.

Quando a história oficial não se encarrega de elaborar a memória de personagens históricos importantes para a identidade de um povo, a literatura de caráter memorialístico povoa suas letras de nomes. Nessa interação em que a história se transforma em letras, compreendemos que os romances históricos, caracterizados pelo contexto e pelos fatos históricos que representam simbolicamente, não podem ser confundidos como documentos históricos ou fontes oficiais de pesquisa. A função da literatura é outra e embora possa ser o ponto de partida para pesquisas historiográficas e outras referentes às Ciências Sociais como a Sociologia e a Antropologia, o seu discurso é literário e pessoas reais devem ser compreendidas como personagens que no viés narrativo se revestem de uma atmosfera simbólica a partir do olhar sensível que a literatura lhe proporciona.

Assim, podemos citar como exemplo o gênero crônica que busca na história a matéria-prima para transformá-la em narrativas. A escritora cearense Rachel de Queiroz, descendente de dona Bárbara, em algumas de suas crônicas busca na pessoa da quinta avó a fonte para a elaboração de uma personagem literária circundada de uma simbologia heroica que dá sustentação não só a memória de família, mas à identidade de todo um grupo social formado por descendentes, pessoas de ideologia republicana, cearenses e pernambucanos. Podemos ler em seus escritos:

Desde a revolução de 1817 andam os meus parentes em luta aberta com os seus; foi então que os prepostos do Senhor Dom João mandaram prender por delito de rebelião minha quinta avó Dona Bárbara de Alencar e os seus filhos Tristão e José Martiniano, que por sinal resistiram à mão armada e seguiram presos do Crato a Fortaleza – cem léguas – acorrentados, com gargalheiras e algemas (QUEIROZ, 2006, p. 134).

A crônica narra uma resposta da escritora Rachel de Queiroz ao príncipe Dom Pedro, neto da Princesa Isabel. Ambos netos de personagens históricas femininas da História do Brasil imperial e republicano representam a memória desse confronto, e as palavras da escritora nos revelam o desejo de ver sua família inserida na história oficial, visto que presos por rebelião seus parentes são colocados à margem da história e sua participação nos fatos históricos não é conhecida por parte significativa dos brasileiros e tampouco é citada nos livros didáticos. Neste contexto teceremos as relações entre a literatura e a história no romance memorialístico em estudo *Dona Bárbara do Crato*.

A memória social brasileira parece ainda não ter recuperado de todo o conteúdo de uma etapa importante da formação da história do país, principalmente quando nos referimos à participação

das mulheres em movimentos e militâncias políticos, cuja contribuição foi inquestionável, como podemos observar sobre Bárbara de Alencar.

Entretanto, a reconstrução da memória coletiva, especialmente no que diz respeito às mulheres, torna-se um aspecto de grande relevância para a construção da vida social, tanto no que diz respeito à permanência desses elementos quanto para a transformação da própria sociedade e de sua história.

Dentro desse contexto, as mulheres, ao longo da história, tiveram uma participação fundamental na formação da sociedade brasileira seja na religião, na política, na cultura ou na literatura. Resgatar esses valores significa buscar, através da memória, a reinvenção do passado como forma de compreender o presente, destacando a influência das mulheres na construção da identidade brasileira, como também a sua inserção no campo de forças historicamente situado.

Naturalmente, estudar a participação da mulher na sociedade enquanto sujeito atuante é mergulhar profundamente nos valores atribuídos à identidade feminina. Há um apagamento das mulheres que se deu ao longo da história e foi cultuado pela memória dando ao universo feminino uma condição inferior ao masculino. No entanto, mesmo diante desses mecanismos repressivos, as mulheres foram figuras que se destacaram no cenário brasileiro; dentre elas, a figura de Bárbara de Alencar que ganhou o título de heroína não apenas pela sua participação na Revolução de 1817, mas por defender ideal de um povo sedento de liberdade, dentro de um contexto republicano e de um país dominado por homens. Por isso, tornou-se pela memória coletiva uma mulher que foi capaz de “mostrar o valor cívico e patriótico do espírito feminino” (LEÃO, 1971, p. 195). Assim, a figura de Bárbara de Alencar resistiu ao longo do tempo ao esquecimento, tendo em vista a ação da cultura popular e sobrevivendo ao imaginário regional nordestino.

O romance *Dona Bárbara do Crato* é um diálogo entre a literatura e a história e narra como uma epopeia a trajetória de dona Bárbara e da família Alencar nos movimentos revolucionários do século XIX, como o Movimento Liberal Separatista de 1817 e a Confederação do Equador. Em relação ao discurso da história nacional, não conhecemos a participação de dona Bárbara por meio das aulas de História e dos livros didáticos, em que subjaz a vitória dos dominantes sobre essas revoluções como forma de sentenciar a memória das memórias e de sua participação na história, como se está fosse privilégio apenas de uma classe e não um fenômeno construído com a participação de toda uma coletividade.

O romance *Dona Bárbara do Crato* foi escrito por um de seus descendentes, o promotor de justiça da comarca de Exu, Juarez Aires de Alencar, berço da heroína onde hoje se conserva sua casa como um memorial organizado e mantido pelos ramos mais novos da família Alencar. Por meio dos relatos de família sobre a participação de sua ancestral nos movimentos revolucionários da Colônia e do início do Império Brasileiro, o autor se destinou a escrever sobre a personagem de maior significado para a sua família. O livro é resultado de uma pesquisa iniciada em 1939 em que o autor colheu apontamentos do seu pai Luiz Aires de Alencar que por sua vez havia coletado informações de seu avô materno Luiz Pereira de Alencar. Essa transmissão memorial originou o

romance histórico e memorialista, publicado em 1968, em que o autor buscou reavivar a memória da família e que admite merecer continuação por outros escritores e memorialistas dispostos a se debruçarem nos nomes onde se concentram a história e a memória da família Alencar e os fatos pouco debatidos da história do Brasil como a Revolução de 1817 e a Confederação do Equador, principalmente no tocante a participação feminina.

A literatura de caráter memorialista trata questões de tempo diferentemente de cronologia oficial. Apesar de a Revolução Republicana de 1817 ter durado apenas 8 dias no Ceará e 75 em Pernambuco, torna-se um tempo onde a história local ou regional se ancora na história nacional. É um período onde se divide a história do Nordeste em um antes e um depois e na memória se faz uma leitura social dos valores políticos como lições e experiências que podem nortear o presente. Sobre a relação entre a memória e a história política, Bosi nos explica que:

Se a memória da infância e dos primeiros contatos com o mundo se aproxima, pela sua força e espontaneidade, da pura evocação, a lembrança dos fatos públicos acusa, muitas vezes, um pronunciado sabor de convenção. Leitura social do passado com os olhos do presente, o seu teor ideológico se torna mais visível. Na memória política, os juízos de valor intervêm com mais insistência. O sujeito não se contenta em narrar como testemunha histórica “neutra”. Ele quer também julgar, marcando bem o lado em que estava naquela altura da história, e reafirmando sua posição ou matizando-a (2007 p. 453).

O escritor Juarez Aires de Alencar pertence ao grupo de descendentes de Dona Bárbara. Como narrador das experiências de seus familiares, recebeu do seu avô materno Luiz Aires de Alencar a recomendação para o trabalho mnemônico sobre a D. Bárbara a partir dos valores que mais se destaca na memória de família. Segundo o autor relata na introdução do romance as razões da sua escolha:

Com tais “apontamentos” que epigrafou como “Traços Genealógicos da Família Alencar” decidi escrever sobre o vulto mais destacado da Família, no passado. Era ele, sem dúvida, o de Bárbara Pereira de Alencar (A Heroína Cearense), avó do romancista José de Alencar, conhecida entre os revolucionários de 1817 como Bárbara de Crato (ALENCAR, 1968, p. 9).

Segundo Halbwachs (2006) a memória coletiva se sustenta num julgamento comum aos membros de um grupo na rememoração de suas experiências, dos ensinamentos e das personalidades que marcam a sua história e tem o seu legado transmitido às novas gerações. Narrar a memória de sua antepassada inscreve a memória de família na memória histórica do país. Dona Bárbara é um nome próprio no qual a história se concentra e se transmite. Assim sua figura para o escritor se torna exemplar pelos referenciais da família, um modelo, uma antepassada lendária eleita como uma figura mítica cuja participação na história é uma atitude-símbolo que preenche uma lacuna da história do nordeste.

O escritor Juarez Aires carrega no sobrenome Alencar uma responsabilidade de sua

militância pela memória histórica de sua família que segundo Halbwachs se trata das lembranças das experiências de um sujeito dentro do seu grupo social como referencial para se compreender os fatos históricos de um país. É uma visão construída social e coletivamente. Nessa militância, a literatura e o narrador exercem a função de transmissão memorial. Bosi nos questiona:

Que interesse terão tais elementos para a geração atual? Encontrarei uma linguagem que comova as pessoas de hoje, para as quais seu nome pouco significa? As lutas pela memória, eis algo de que todos temos conhecimento de causa (BOSI, 2007, p. 411).

Bárbara nasceu na Fazenda Caiçara trazendo consigo o signo da resistência que marcaria toda a sua trajetória de vida:

Entre a vida e a morte, *Bárbara – Barbinha* – chorava apenas em soluço, sem qualquer esperança de salvamento. Entretanto, os primeiros dias e outros muitos vieram, enquanto o bebê se adaptava e resistia. Seria o seu destino resistir, resistir sempre... (ALENCAR, 1968, p. 52).

Segundo o autor, uma luta de guerreiros selvagens atacou a Fazenda Caiçara ateando fogo a casa de taipa da fazenda. Mais uma vez, a pequena Bárbara resiste e sobrevive:

Itamaragibe irrompeu, de fato, poucos dias depois do nascimento de Barbinha, no Vale dos Açus, com um exército aguerrido de selvagens, atacando diretamente a Caiçara – taba dos seus antepassados. E a recém-nascida escapou da fogueira, ateadada à casa, por verdadeiro milagre. Era o destino seu resistir e sobreviver (ALENCAR, 1968, p. 53).

Como metáfora dessa resistência, ergueu-se na Fazenda Caiçara uma casa de pedra resistente ao fogo no lugar da antiga casa de taipa. Com paredes colossais para resistirem “até ao próprio tempo, a fim de que servisse de testemunha secular às gerações que viessem” (ALENCAR, s. d., p. 53).

Como mulher à frente do seu tempo, Bárbara via o casamento como decisão sua, não nos moldes do arranjo familiar, e fez sua escolha para esposo a partir dos seus referenciais, conforme podemos ler na narrativa:

Joaquim Pereira se opôs ao noivado, devido à diferença de idade, mas Bárbara governava-se a si mesma e, antes que surgisse qualquer mal-entendido na família, convidou José Gonçalves a desposá-la, imediatamente, tendo arranjado o casamento com o auxílio de Frei Santana de Maria, seu padrinho e seu amigo. Quando seus pais deram por sua resolução, já ela se encontrava casada com José Gonçalves dos Santos, com quem se apresentou perante seus avós – Leonel e Maria da Assunção – que, como português também, abençoaram a união, e convenceram Joaquim e Teodora a fazê-lo (ALENCAR, 1968, p. 56).

Com o advento dos ideais republicanos causados, entre outros fatores, pela independência dos Estados Unidos, a educação dada por Dona Bárbara aos seus filhos se ancorava nos princípios políticos de liberdade e independência. Seu marido José Gonçalves dos Santos jamais se opôs aos ideais de sua mulher. Dona Bárbara foi educada pelo Frei Francisco de Santana e o padre Miguel Carlos da Silva Saldanha. Estes lhe formaram uma liberal exaltada e que apesar de semianalfabeta, possuía compreensão dos problemas políticos do país e dos ideais do liberalismo. Assim se deu a educação dos seus filhos:

Os seus filhos, Carlos José dos Santos Alencar, João Gonçalves de Alencar, Tristão Gonçalves de Alencar e José Martiniano de Alencar foram educados, desde os primeiros passos, dentro desses novos princípios políticos, tão avançados, para a época, que não podiam ser aceitos pelas famílias conservadoras da terra (ALENCAR, 1968, p. 59).

Uma atitude-símbolo de Dona Bárbara coerente com os seus ideais de liberdade foi a libertação concedida aos seus escravos, incompreendida pelos membros da família que se preocupavam com a manutenção da fazenda:

D. Bárbara do Crato se imbuíra de tal modo das idéias liberais, que abolira, a seu modo, a escravidão entre os seus servos, considerando-os amigos e iguais. Chocava, com isso, os parentes mais chegados, que não entendiam como fosse possível movimentar uma fazenda sem braço escravo (ALENCAR, 1968, p. 70).

Quanto a sua participação e liderança, Dona Bárbara foi a alma do movimento liberal de 1817 pela independência do Brasil. Em resposta ao levante de Pernambuco, dona Bárbara sai de sua “Fazenda Touro” em São João do Piauí e chega ao Crato. Juntamente com os seus filhos José Martiniano, padre Carlos e Tristão e o Vigário Miguel Carlos de Souza, realizaram o movimento de libertação. Discordando do filho Tristão, que argumentava que se o resto do Brasil não aderisse a revolução, haveria separação do Nordeste, dona Bárbara prefere “que continuemos colônia a ficarmos divididos em pedaços. País pequeno nunca será potência” (ALENCAR, 1968, p. 74). Nessa fala da personagem do romance, percebemos a sua forte identidade nacional. Realizado o ato público de independência na Praça da Matriz do Crato, dona Bárbara e seus filhos retornam para o sítio Pau Seco. O legado de dona Bárbara, podemos perceber na voz da sua personagem:

– Meu filho, já cumpri o meu dever de mãe, pois estou beirando os sessenta anos. Agora desejo cumprir a minha tarefa de patriota, lutando e morrendo por um ideal de Justiça! Não admito que Deus tenha feito o homem à sua imagem e semelhança, para que uns sejam “nobres” e outros não tenham nada, sendo objeto de compra e venda como animais! É só a República trará a igualdade e a liberdade de que tanto falamos em nossas reuniões! Por isso desejo arcar com os percalços da reação, venham de onde vierem, sejam a que título, forem. Vale a pena! (ALENCAR, 1968, p. 76)

Porém, a possibilidade de independência e de criação de uma república no Ceará, com o

governo e a presidência concentrada nos principais membros da família Bárbara, Tristão e José Martiniano, iniciado no dia de 3 de maio de 1817, terminou com a chegada dos reinos sob o comando do capitão-mor do Crato José Pereira Filgueiras. A família deteria o poder em uma nova república e propagaria seus ideais políticos liberais e separatistas. A revolução durou apenas oito dias até 11 de maio de 1817 e início da perseguição à Dona Bárbara e família, tendo seus filhos Tristão e José Martiniano presos e levados para o Icó. Bárbara se encontrava no Sítio Pau Seco e quando a milícia chegou ao lugar à noite conseguiu esconder-se no canavial. Acolhida por dona Matilde Teles no Sítio Miranda, foi presa a caminho de Cajazeiras do Rio do Peixe quando estava a caminho de Campina Grande. Presa, foi mandada para Fortaleza emparedada no presídio subterrâneo do Forte N. Sr.^a da Assunção numa cela que mais se adequava a um túmulo, e condenada a três anos de trabalhos forçados. Foram presos também seus filhos Tristão, José Martiniano e o padre Carlos sob as mesmas condições. Seus bens foram confiscados, inclusive os escravos livres. Dona Bárbara e seus filhos foram anistiados no dia 17 de novembro de 1820 (AELNCAR, 1968). Também teve participação juntamente com seus filhos nas revoluções pós-independência do Brasil em 7 de setembro de 1822.

A antropóloga Luitgarde Barros ao estudar a formação histórica do Ceará sertanejo descreve a participação dos cearenses na Revolução de 1817 em que a família Alencar teve significativa participação:

O movimento liberal separatista de 1817 conturbou o Cariri pelas lutas entre as facções de elementos mais ricos da região, estabelecendo um estado de beligerância e desassossego que se estendeu até o ano de 1843. Eclodindo o movimento em Pernambuco, enviaram-se emissários à Paraíba, a Alagoas, ao Rio Grande do Norte e ao Ceará. Nesse Estado o movimento se cristaliza no Cariri, divulgado por um membro de tradicional família de proprietários de engenhos e fazendas – os Alencar. O seminarista José Martiniano de Alencar, o frade carmelita Francisco de Santana Pessoa e alguns amigos, procuram o apoio dos homens importantes da região, principalmente José Pereira Filgueiras, apresentado pelos historiadores da sedição como rico potentado rural, senhor de grande cabroeira, Capitão-Mor do Crato. Na primeira fase do movimento, o Crato é o centro do regime republicano proclamado no Ceará, depondo-se as autoridades fies ao rei de Portugal e nomeando-se para o posto de comando das tropas a serem organizadas o Capitão-Mor Filgueiras. Entre almoços de comemoração e missas de *Te Deum* e ação de graças, esse governo durou oito dias no Ceará. Com a notícia da derrota sofrida pelos revoltosos em Alagoas, Rio Grande do Norte, Fortaleza e muitas outras cidades, Filgueiras encabeça a contra-revolução, põe seus homens em armas, invade o Crato e prende os ex-companheiros de confederação (BARROS, 2008, p. 79-80).

E sobre as consequências para a família Alencar e dona Bárbara relata que:

A família Alencar é presa e remetida junto com os amigos mais fiéis, para as prisões em Salvador, onde chegaram em 1818, depois da passagem pelo Recife. Em 1821, estavam todos livres por indulto, vindo a mãe de Martiniano de Alencar, dona Bárbara de Alencar, a falecer em 1832 no Piauí, tornando-se

então, até os dias atuais, a heroína do Crato (BARROS, 2008, p. 80).

O pensamento da antropóloga concorda com a memória do escritor do romance e ambos estão ancoradas no julgamento coletivo do povo sertanejo que na atualidade considera dona Bárbara de Alencar “a heroína do Crato” e simbolicamente a primeira presidente de uma República Brasileira. Nos conflitos gerados após a Independência do Brasil, a heroína assiste a luta dos seus filhos na Confederação do Equador e a criação de um governo republicano, que empossa seu filho Tristão como presidente: “O padre e deputado José Martiniano de Alencar se organizava no Recife com o grupo revolucionário do movimento, que eclodiria sob a denominação de Confederação das Províncias Unidas do Equador” (BARROS, 2008, p. 83).

Dona Bárbara sofre a morte do seu filho Tristão de Alencar que, segundo Barros (2008) foi morto no dia 31 de agosto de 1824, tendo seu corpo mutilado, e insepulto por vários dias José Martiniano de Alencar, já ordenado padre, teve morte evitada graças a proteção do bispo de Olinda que garante mudança em seus comportamento revolucionário, e consegue sua absolvição junto à Comissão Militar em dezembro de 1825. Depois José Martiniano tornou-se senador e governador da Província do Ceará.

Dona Bárbara faleceu no Piauí, mas a sua memória é transmitida pelo povo sertanejo. Em seu nome a história de libertação do povo sertanejo se concentra e se perpetua. O romance *Dona Bárbara do Crato* resulta da transmissão memorial e da representação do seu nome para as atuais gerações. Sua memória ilustra a história da participação feminina na História do Brasil, nas lutas por libertação, nos ideais políticos e nos mostra como as mulheres foram sujeitos fundamentais da nossa história, excluídas da história oficial, mas imortalizadas pela memória e pela literatura.

Referências

ALENCAR, J. A. de. *Dona Bárbara do Crato*. Edição do autor. São Paulo, 1968.

BARROS, L. O. C. *Juaqueiro do Padre Cícero: a terra da mãe de Deus*. 2. ed. Fortaleza: Editora IMEPH, 2008.

BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

LEÃO, R. de A. Bárbara de Alencar. _____. In: *ALA Feminina da casa de Juvenal Galeano. Mulheres do Brasil: Pensamento e Ação*. v. 1, Fortaleza: Editora Henriqueta Galeno, 1971, p. 195-196.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. Tradução de Beatriz Sidou. São Paulo: Centauro 2006.

POLLACK, M. Memória e identidade social. *Estudos históricos*. v. 5, n. 10. Rio de Janeiro, 1992, p. 200-212.

QUEIROZ, R. Resposta a uma carta. In: *Um alpendre, uma rede, um açude*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

Ciro Leandro Costa da Fonseca

Mestre em Letras (UERN) e Doutorando em Letras (UERN).

José Carlos Redson

Graduação em Letras, Especialização em Literatura e Estudos Culturais e Mestrado em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte – UERN.

Maria Edileuza da Costa

Graduada em Letras pela Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (1986), Mestrado em Letras - UFPB (2001); Doutorado Letras - UFPB (2005); Pós-doutorado na Universidade Estadual do Piauí – UESPI. Docente do Programa de Pós-graduação em Letras (UERN).

Míriam Firmino Paiva Paiva

Graduada em Letras (UERN), Especialização em Leitura e Literatura (UNP), Especialização em Literatura e Ensino IFRN, Mestre em Ciências da Educação, pela Faculdade ISEL. Mestre em Letras (UERN).

Jurema da Silva Araújo

Doutoranda em Letras pela Universidade Estadual do Rio Grande do Norte. Mestre em Letras pela Universidade Estadual do Piauí (biênio 2011-2013). Graduada em Letras/ Português - UESPI (2011). Bacharel em Ciências Sociais – UFPI (2009).

Enviado em 30/08/2017.

Aceito em 30/09/2017.

